



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE ITACOATIARA

ATSum 000053-45.2024.5.11.0151

RECLAMANTE: FEDERACAO DOS PESCADORES DO EST DO AMAZONAS E
RORAIMA

RECLAMADO: COLONIA DE PESCADORES Z 13 DE ITACOATIARA

DECISÃO DE TUTELA ANTECIPADA

Pretende a reclamante a concessão de tutela provisória de urgência de natureza antecipatória, pleiteando a implantação e nomeação de uma junta governativa para administrar a colônia dos pescadores Z13 Itacoatiara/AM, sob pena de multa diária por descumprimento, nos termos do art. 300 do CPC.

Pois bem.

Dispõe o artigo 300, do Código de Processo Civil – CPC, que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano** ou o **risco ao resultado útil do processo**.

Além disso, o §3º do mesmo dispositivo indica que “*A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão*”.

Para a concessão da tutela de urgência antecipatória é necessário, então, probabilidade do direito, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, reversibilidade dos efeitos da decisão.

No caso em apreço, a reclamante FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO AMAZONAS pretende a nomeação de uma junta governativa, sob a justificativa de que restou demonstrada a ingerência da diretoria eleita irregularmente, sem observância do estatuto, com a apresentação de suposta documentação falsa, o que revela a negativa de transparência com os associados.

Pois bem. O v. Acórdão de Id. 03a7f38 verificou a existência de inconsistências nos documentos denominados **atas de reunião de id 99107f2 e 934a9dc**, motivo pelo qual anulou todos os atos do processo a partir do encerramento da audiência de instrução, como ainda, determinou que este Juízo instaure o devido incidente de falsidade documental.

Nesse sentido, entendo que indícios/suspeitas em relação à veracidade dessas atas de reuniões não são suficientes para afastar a diretoria atual,

sendo necessário, para tanto, a certeza de que os documentos foram efetivamente falsificados.

Assim, por ora, entendo que não há o pressuposto da probabilidade do direito que justifique a concessão da tutela antecipatória, consistente na designação de uma junta governativa para administrar a entidade reclamada, pelo que **INDEFIRO** o pedido de designação de uma junta governativa para administrar a Colônia de Pescadores Z13 de Itacoatiara.

Noutro viés, considerando a determinação constante do v. Acórdão de Id. 03A7f38, que verificou a existência de inconsistências nos documentos denominados **atas de reunião de id 99107f2 e 934a9dc**, **determino a instauração do competente incidente de falsidade documental, para o fim de apurar a veracidade e validade dos aludidos documentos. Instaure-se o incidente de falsidade documental.**

Na forma do art. 432 do CPC, determino que a parte reclamada, a Colônia de Pescadores Z13 de Itacoatiara, se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as inconsistências apontadas no v. Acórdão de Id. 03a7f38 em relação aos documentos denominados atas de reunião de id 99107f2 e 934a9dc. Após, determino a realização do exame pericial.

ITACOATIARA/AM, 21 de janeiro de 2025.

SILVIO NAZARE RAMOS DA SILVA NETO

Juiz(a) do Trabalho Titular